

Rosemary de Oliveira Almeida Natália Pinheiro Xavier*

Juventude e Segurança: a política da pacificação**

RESUMO: Este artigo faz parte de uma pesquisa sobre as narrativas da juventude em relação a violência e a não-violência, tendo como foco o envolvimento de jovens em experiências de pacificação constituídas por projetos e programas de governo. Pretende revelar como vem se constituindo a trajetória destes jovens nas interações sociais com outros jovens envolvidos em ações violentas, e sua relação com o Estado, ao investir em políticas públicas de segurança para a juventude. Neste sentido, vem analisando e avaliando o Plano Piloto de Prevenção a Violência realizado em Fortaleza, vinculado ao Plano Nacional de Segurança Pública (2000). Tal projeto tem se revelado como política afirmativa para a juventude, através do investimento em cursos de empreendedorismo e ações artístico-culturais, buscando inserir o jovem cidadão nos trabalhos de pacificação. Entretanto, apresenta também limites e contradições, especialmente em relação a falta de autonomia e continuidade destes projetos. Tais contradições revelam que algumas políticas públicas tem se dado, em muitos casos, como resposta às demandas de movimentos populares, no sentido de garantir a governabilidade e o consenso social, e muito menos no sentido de garantir a participação efetiva e cidadã da população nos processos decisórios das políticas públicas.

Palavras-chave:
juventude, violência,
pacificação, política,
segurança.

1 Nos rumos da estrada juvenil

Este é um texto em construção, uma pesquisa em andamento. Também em construção está a vida de muitos jovens da periferia de Fortaleza. É dessa maneira que escrevemos essas linhas, como um processo, como uma estrada de “terra batida”, empoeirada, com pessoas trabalhando nela, ainda por fazer, fazendo-se... Trata-se de uma pesquisa sobre as experiências de jovens que

¹ A pesquisa em andamento nomeia-se “As narrativas da não-violência: a experiência de um grupo de jovens da periferia”, que faz parte do programa de Iniciação Científica/CNPq da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará/UECE. A equipe da pesquisa é formada pela professora Rosemary de Oliveira Almeida e pela bolsista do CNPq Natália Pinheiro Xavier, aluna do curso de graduação do curso de ciências sociais da UECE e pesquisadora do GPDU/UECE.

² O público-alvo deste Plano são os jovens situados na faixa etária de 16 a 24 anos. Isto se justifica pelo fato de que é nessa faixa etária que se dá a maior incidência de violência entre jovens, seja como vítimas ou como agentes da violência. Essa experiência ocorreu em Fortaleza no ano de 2002, através de ações desenvolvidas em uma rede de parcerias, coordenadas nacionalmente pela Secretaria de Estado da Assistência Sociais-SEAS, Centro Nacional de Formação Comunitária-CENAFOCO, Ministério da Previdência e Assistência Social-MPAS, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos-SEDH, Ministério da Justiça-MJ e no Ceará pela Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social-SETAS,

enfrentam a violência de seus bairros, explorando a “estrada de terra” e experimentando caminhos diversificados de inserção na “estrada da cidadania”, através de práticas espontâneas artístico-culturais e de participação em programas e projetos de governo na área da Segurança Pública¹.

Os jovens têm marcado presença em muitos textos científicos ou em contos e artigos, hoje, por desempenharem, coerentemente, seu papel tradicional de portadores das contradições. Os jovens não são figuras arrumadas e realizadas no cenário social. São “em construção”, “em formação”. São aprendizes de si mesmos, desbravadores do inesgotável futuro, dançarinos do presente imprevisível e sobreviventes do passado infantil.

No rumo dessa narrativa temos um tema delimitado a abordar. O caminho percorrido por um grupo de jovens da periferia de Fortaleza envolvido em um programa do governo federal – Plano Piloto de Prevenção à Violência na Cidade de Fortaleza – que, por sua vez, é um desdobramento do PIAPS (Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção a Violência, ação 121, originário do Plano Nacional de Segurança Pública de 2000). O Plano Piloto tem como foco a prevenção, no sentido de interferir naquilo que chama de causas geradoras da violência, tendo como objetivo estratégico inserir jovens em projetos de pacificação juvenil através de cursos, oficinas e elaboração de projetos educativos e culturais de resgate de outros jovens e adolescentes envolvidos em situações de conflito e criminalidade². Em Fortaleza, foi realizado um curso de Empreendedorismo Social no período de agosto a novembro de 2002 em quatro bairros – Edson Queiroz, Tancredo Neves, Pirambu e Bom Jardim³. O objetivo central do curso foi o de formar agentes sociais jovens para serem aptos a conhecer sua realidade local e identificar as possibilidades de atuação na sua comunidade, pretendendo, portando, contribuir para o desenvolvimento local integrado e sustentável. Nesse sentido, os jovens empreendedores foram formados para serem mobilizadores e articuladores de pessoas em sua comunidade, aprendendo a construir e implementar projetos sociais e comunitários e investir em articulações e alianças estratégicas de modo a garantir a perenidade dos projetos.

Nesse artigo, delimitamos a atuação do Plano em um bairro, alvo de nossa pesquisa, o Édson Queiroz, objetivando relatar a trajetória dos jovens em busca da pacificação e avaliar os rumos do projeto empreendido pelos jovens e direcionado pelo Plano de Prevenção. Até que ponto projetos de governo, como esse, tem evidenciado as experiências culturais dos jovens no sentido da pacificação? Que experiências foram gestadas pelos jovens que participaram do projeto? Quais suas narrativas sobre a violência e as práticas de não-violência e como avaliam sua experiência e se situam hoje no bairro?

As questões parecem “empoeirar” um pouco mais nossa narrativa, visto que, mesmo avançando na pesquisa de campo, muito “pó” ainda precisa ser retirado para visualizarmos realidades dessas experiências juvenis e dos projetos governamentais para a juventude. Mas essa é a tarefa da sociologia. Ela tenta revelar o que está “escondido”, objetos envolvidos em “campos de lutas”, como afirma Bourdieu (1980), cujos significados e sentidos diversificados estão nas margens de uma realidade nebulosa e conflitiva.

2. Na estrada: a Violência e um Plano de Segurança Pública

A violência faz parte do processo civilizador da humanidade (Elias, 1994). Institui-se de diversas formas nas diferentes estruturas sociais e contingências históricas. O que vem chamando atenção, mais precisamente, a partir do final do séc. XX, é o foco da violência na juventude, sobretudo aquela realizada no espaço urbano. No Brasil, o tráfico de armas e de drogas se intensificou, as incidências cotidianas de pequenos furtos, assalto à mão armada e homicídios também cresceram, ocupando espaço significativo das manchetes nos meios de comunicação de massa. Presencia-se um caminhar para a banalização da violência urbana que, dia após dia, invade o cotidiano das pessoas.

O que fazer então para se contrapor à violência e iniciar caminhos de pacificação? Os indícios e estudos da temática da violência têm mostrado que ela faz parte da estrutura humana e que não deixa de desempenhar algum papel na estrutura social, profundamente marcada pela “desordem fecunda” da vida social, como diz Maffesoli (1987). Segundo esse autor ela tem caráter ambíguo, dinâmico e anda por labirintos tanto destrutivos, como construtivos. Estamos em vista de uma indefinição que nos mostra um caráter perigoso, uma “*natureza convulsiva, informe, irregular e obscura da violência, caráter que a torna rebelde à análise*” (Maffesoli, 1987:15). Mas que, tão pouco, nos convida a entender a violência como “mal absoluto”. Ela também é entendida como uma “dissidência social” que se apresenta sobre dois conceitos: construção e destruição, ou seja, é “*reveladora de uma desestruturação social relativamente manifesta, e que ela invoca uma nova construção*” (Maffesoli, 1987:21). Há na violência, além do caráter destrutivo, uma manifestação rebelde, uma resistência a ordem.

Estamos no campo da desordem e da conflitualidade, que exige uma postura menos ordenada e mais disposta a compreender o espaço onde se desenvolvem as manifestações de violência, as pessoas que as sentem e fabricam e os

execução do IEPRO- Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará, que contratou oficinairos e professores para acompanhar os cursos e elaboração de projetos dos jovens.

³ Através de pesquisas da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, são considerados os bairros mais atingidos pela violência.

jovens com suas narrativas e experiências. O sentido que aqui construímos descarta o medo desenfreado, a paranóia que, muitas vezes, impõe a responsabilidade da violência sobre os pobres, jovens e negros.

Fazendo um recorte e tentando analisar a violência no Brasil, mais especificamente, nas grandes capitais, alguns estudiosos afirmam que as causas da violência urbana estão relacionadas à carência de serviços públicos essenciais, ao tráfico de drogas, ao processo de urbanização desordenado, à estagnação econômica e ao desemprego nos grandes centros urbanos. Atrelado a isso, vale destacar os dados da pesquisa do Registro Civil de 2002 do IBGE e da UNESCO de 2000 que mostram que as principais vítimas de acidentes externos motivados pela violência urbana cresceram, significativamente, principalmente entre jovens do sexo masculino na faixa etária de 15 a 24 anos, apresentando um crescimento de 17,2% entre 1990 e 2002.

Tais causas, entretanto, não associam a violência à pobreza. Apresentam indícios que buscam apontar as desigualdades sociais como elemento de violência, que precisa ser combatido no campo da política com a criação e ampliação de políticas públicas. Entretanto, o fenômeno da violência é, antes, uma representação social, criada e mantida no imaginário social como uma ação criminosa de certos atores sociais, como os jovens e os pobres. É essa conotação que é necessário corrigir, antes de tudo, para ser possível a efetivação de programas, de atitudes e de um trabalho amplo de pacificação.

Foi a partir destes dados e reflexões que se pensou, neste trabalho, observar que ações de enfrentamento à violência estão acontecendo no Brasil. Reconhece-se a imensa complexidade da questão da segurança pública e procura-se enfrentá-la levando em consideração as suas diversas dimensões, com ênfase na prevenção.

O Governo Federal, com o intuito de fortalecer e aperfeiçoar o sistema de segurança pública, integrando ações sociais contra a violência e de repressão contra a criminalidade, lançou em 20 de junho de 2000 o Plano Nacional de Segurança Pública-PNSP. O Plano, tendo como base os dados das pesquisas do IBGE e da UNESCO, escolheu, como público alvo, jovens entre 15 e 24 anos, moradores de ocupações irregulares do espaço urbano, para desenvolver suas ações. Desde então, algumas áreas metropolitanas foram priorizadas, sendo Fortaleza, no ano de 2002, um dos centros urbanos atendidos pelo Plano, a partir de projetos de prevenção à violência.

No caso desse trabalho trata-se de um grupo de jovens que participou do então Plano Piloto de Prevenção à Violência na cidade de Fortaleza⁴, no bairro Édson Queiroz, situado na faixa etária de 16 a 24 anos. É um grupo heterogêneo constituído por representantes de entidades religiosas e estudantis, de grupos folclóricos, grupos de música, de teatro, de esporte e Hip Hop. Como resultado dessa experiência os jovens elaboraram um projeto de intervenção (que era um dos objetivos do Plano) na comunidade, direcionado a outros jovens, objetivando dar continuidade ao trabalho de prevenção⁵.

O bairro Édson Queiroz está situado na Região Metropolitana de Fortaleza no estado do Ceará, dentro da área de preservação ecológica do mangue no rio Cocó. Tem uma população de aproximadamente 21 mil habitantes, sendo 60% da população composta por jovens entre 15 e 24 anos. Tem uma renda média de R\$ 945,71 (novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos) e uma mediana de R\$ 302,00 (trezentos e dois reais). O nível de escolaridade de alfabetizados é de aproximadamente 81,7% e de não alfabetizados é de 18,3%⁶. No bairro situa-se a comunidade do Dendê, uma favela que corresponde a 80% do bairro e está situada por trás da Universidade de Fortaleza/UNIFOR e do Fórum Clóvis Beviláqua. É um bairro bastante heterogêneo e paradoxal porque é composto por classes sociais diversas e díspares. A área caracteriza-se pelos contrastes entre favelas e condomínios de luxo.

O bairro é marcado pela pobreza, insegurança, ausência de políticas públicas eficazes de educação, habitação, saúde, trabalho e saneamento básico, que contribui significativamente para o acúmulo de lixo nas ruas e nas proximidades do mangue. Tudo isso amplia a ociosidade dos jovens e contribui para o uso e comercialização de drogas, brigas de gangues rivais por território, entre outros problemas. São manifestações de violência existentes no dia a dia, ampliadas no imaginário social pela qualificação de pobreza e violência em territórios como este, especialmente quando se retrata a juventude.

O espaço do bairro contém locais onde o medo predomina, inclusive entre aqueles que procuram se desvincular do mundo das drogas, mas que ainda carregam marcas e inimizades. A escola, que deveria ser um espaço em que a segurança teria que ser garantida é, muitas vezes, evitada. Como enfatiza Lepoutre (2002:447), este fato desencadeia uma imagem da juventude “*pobre, desocupada, vítima e delinqüente, às vezes drogada, e até criminosa ou revoltada, cheia de ódio e tendendo à sublevação...*” É como se sobre estes jovens e adolescentes caísse uma carga insuportável da responsabilidade pelos males sociais. Para esses jovens, no entanto, ao lado da violência, sua comunidade

⁴ Este projeto foi desenvolvido em Fortaleza por pesquisadores do LABVIDA da UECE, sendo administrado pelo I E P R O / U E C E , CENAFOCO/Secretaria de Ação Social dos Governos federal e estadual, no ano de 2002.

⁵ O título do projeto dos jovens: “Favela em Ação Cultural: Jovens Contra a Violência” – FAC, objetivava contribuir para o combate a violência por meio do resgate da cultura popular e da criação de espaços de lazer e desenvolver junto à comunidade grupos organizados coletivamente para o desenvolvimento local sustentável. O cronograma foi previsto para o ano de 2003, cujas atividades foram seminários educativos em relação às drogas e direitos humanos, oficinas de teatro, grupos de dança folclóricas e de break, oficinas de pintura, desenho e grafite, oficina de reciclagem de lixo e shows culturais no bairro.

⁶ Dados do IBGE 2001.

também tem suas riquezas, como o mangue nas proximidades do rio Cocó, situando-se numa localização privilegiada. A cultura é forte traço entre grupos folclóricos, de teatro e de bandas musicais, de artes, de esporte, de capoeira, de Hip Hop, de diferentes grupos religiosos, enfim, várias organizações que procuram desenvolver trabalhos voltados principalmente para os jovens.

3. Nas curvas da estrada: a juventude, a violência e a pacificação

A juventude, hoje, assume uma nova condição. Ainda que agregada às instituições tradicionais que lhes transmitem a cultura adulta (família, escola, igreja, trabalho, Estado etc), põem-se também e, muito mais do que as gerações anteriores, indiferentes aos rumos encaminhados por estas que, de certa forma, não efetivaram seus discursos e regras tradicionais. Os jovens exigem o próprio espaço, buscam uma visibilidade através dos seus corpos, da política, da arte, do esporte e até mesmo do estar na rua sem fazer nada, apenas mostrando-se ou inserindo-se em turmas (colegas de esporte, de grupos diversos ou gangues). Uma forma muito evidenciada hoje, é a violência, ora encarada como “mal absoluto”, ora como “dissidência”, reveladora de uma condição social e econômica insuportável, capaz de visibilizar a exclusão social da maioria da população.

Para os jovens, a opção pela violência se dá por diferentes motivos. Entre muitos depoimentos dos jovens do projeto educativo em estudo destacam-se motivações que trazem afirmação pessoal e status diante de outros:

O cara que anda armado é respeitado e faz sucesso com as mulheres”; “ O que faz a pessoa ser violenta é isso. A violência exibida ali sem vê nem pra que. Porque a pessoa convivendo com aquilo, a pessoa vai dizer: ‘se eu não for violento, aquele cara vai tirar uma sarra comigo, se eu for conversar direitinho com ele, ‘ele é mole!’ Amanhã eu venho e bato nele! Aí vai ficar nisso (Jovem do Plano de Prevenção)

Outras vezes, acostumam-se com ela, praticando ou apenas vendo-a passar em suas casas, entre seus amigos, na rua, no bairro.

A violência na cidade é normal, é uma coisa que todo mundo tá acostumado de tanto ver aquilo, de tá convivendo lado a lado com aquilo, é normal, a gente sabe ... vai

chegar um tempo do faroeste, cada um com um revolver assim do lado, e olhou com cara feia, morreu (Jovem do Plano de Prevenção, 2003)

Algumas vezes, a enfrentam, inserindo-se em grupos religiosos, culturais, escolares, certos de agir contra a violência. É o caso destes jovens que desenvolveram oficinas culturais junto a outros jovens do bairro, na expectativa de criarem instrumentos de não violência.

O que tá dando certo são as oficinas de teatro e de grafite porque puxa os meninos ... a procura é grande e na oficina de desenho, pintura e grafite eles vão pintar os muros ... isso é que é arte, ajuda a tirar os meninos da violência (Jovem do Plano de Prevenção e de grupo religioso).

Outras vezes, desistem no meio do caminho, no início, no planejamento mesmo, de qualquer ação de longa duração ou que exija disciplina, como é o caso de outras oficinas como a de futebol que não funcionou. Nas palavras do jovem coordenador do projeto: “*algumas oficinas nem funcionaram como a do futebol porque os meninos desistiram, não querem nada*”.

Entretanto, em alguns casos, deparam-se com todas essas vezes, ora praticando, ora enfrentando a violência, avançando e desistindo, brigando e sanando os conflitos. Por sinal, os conflitos existem e devem ser conhecidos em sua diversidade, pois, como afirma Simmel (1983), são inerentes a vida social. Para esse autor o conflito é elemento estruturante das relações sociais, na medida em que revela características contraditórias e de oposição em tais relações, efetivadas na luta entre o consenso e o conflito, as divergências e concordâncias que fazem a busca de unidade na vida em grupo.

É nesse sentido que esta pesquisa pretende avaliar processos educativos que se ornamentam da cultura nas formas mais variadas: teatro, dança, rap e outras músicas, desenhos, pinturas e grafites, enfim, artes que narram uma cultura de paz. Para os jovens “mexer com arte” tem sido uma oportunidade de se desvincular da violência:

mexe muito com o lado artístico, ta entendendo? E quando a gente mostra alguma cultura para os jovens, hoje em dia o jovem quer entrar, quer ingressar (Jovem do Plano de Prevenção e do Movimento Hip Hop).

Com base nas narrativas apontadas pela fala e pela imagem, que fazem parte intrinsecamente dos processos comunicativos dos jovens em estudo (Joly, 1996), observa-se a dimensão do pobre como ator social, seja nas ações violentas, seja no enfrentamento destas práticas. Esquece-se com demasia de que esses atores que convivem no cotidiano de violência não são apenas criminosos ou potenciais vítimas da ajuda de cidadãos de bem, mas detêm diferentes modos de expressão da vida cotidiana que levam ao mundo do trabalho ou à marginalização.

Fortifica-se no imaginário da população o horror aos moradores dos bairros pobres e favelas, que são “diabolizados” (Wieviorka, 1997) como agentes do mal, ao lado da visão preconceituosa e dos estereótipos lançados pela polícia a esses segmentos sociais, como não cidadãos, mas “marginais” e toda espécie de denominações relacionadas com o mal (Zaluar, 1994).

Os jovens que lá residem vivem nesse mundo visivelmente e socialmente contraditório. Wacquant (1994:24) já dizia que é “*a maldição de ser pobre no meio de uma sociedade rica*”. Nota-se que o poder consumir virou o passaporte para a cidadania e quem não tem esse poder fica só na vontade de tê-lo. “*Os atos de manifestação da violência, embora decorram de uma força física que neles é empregada contra alguém, revelam também uma dimensão expressiva simbólica*” (Rondelli, 2000:151). A violência torna-se fonte de significações culturais, que tem sua gênese no processo irregular de urbanização. A falta de acesso de uma grande parte da população a bens de consumo, valores e produtos extremamente midiáticos, que mexe com os sonhos das pessoas, muitas vezes, incita a angústia e o ódio, tendo como resposta a violência e o acirramento das tensões.

Para alguns jovens, os denominados “diabolizados” são na realidade moradores da favela, gente com “muita criatividade”, cuja potencialidade não tem visibilidade por estar escondida “nos becos da favela”. Um jovem, ao falar do projeto educativo, expressa grande expectativa com o trabalho realizado pelos moradores da favela.

Desse grupo pode sair um grande projeto porque quem ta elaborando é a própria favela, diferente do que sempre acontece com os projetos que já vêm pronto. Se a gente botar fé vai sair um projeto onde todos vão querer participar. O pessoal aqui tem muita criatividade que tava escondida nas mangas e nos becos da favela (Jovem do Plano de Prevenção e do grupo folclórico do bairro).

No espaço da violência no cotidiano, por mais disseminada em termos de noticiários, estudos e debates, continua ainda a necessidade de desmistificá-la como ação de bandidos definidos geralmente entre os pobres. Ela é também uma “representação”, como afirma Wieviorka (1997:7), *um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos.*

Para alguns jovens, de fato, há discriminação dos jovens “ricos” em relação aos jovens “pobres”:

Outra discriminação que a gente vê é a dos jovens da Aldeota⁷ com os jovens da periferia, tá entendendo? A gente vê que um jovem lá da Aldeota não ta nem vendo quando vê um jovem de periferia, vê um jovem desarrumado, vê um jovem usando boné, usando brinco: “é malandro, é marginal!”. Então eu associo assim. A discriminação hoje dos jovens, a gente vê muito isso, do lado rico da cidade pro lado pobre, ta entendendo? O preto com o branco. Eu acho que isso deveria acabar (Jovem do Plano de Prevenção e do movimento Hip Hop)

Relevante é observar que se trata de um espaço contraditório em que os jovens constroem sua história, sua identidade e formas de enfrentar a vida, coexistindo com a violência e a passividade, onde sobrevivem e passam o seu tempo, seja no trabalho, no lazer, seja no banditismo, na vadiagem, mas é esse o espaço próprio onde moram e convivem com os outros, adquirindo formas próprias de sociabilidade. Afirma Tereza Caldeira: *este espaço tem para eles uma grande significação: é aí onde está assentada a sociabilidade, baseada nas redes de parentesco, vizinhança e coleguismo; é aí onde transcorre a ‘vida’* (Caldeira, 1984:115). É neste espaço que ocorre a sociabilidade no cotidiano destes jovens, onde as identidades, os valores, os costumes, as visões de mundo, o modo de vida são transmitidos por um conjunto de regras, de evidências, baseados nos laços familiares, na vizinhança, na roda de amigos e são compartilhados naturalmente e sem questionamentos no cotidiano.

Estas constatações e considerações exploratórias acerca do cotidiano destes jovens são noções para pensar a violência no seu cotidiano, bem como formas diferenciadas de atravessá-la e contradizê-la, através dos programas e projetos governamentais e práticas educativas e artístico-culturais dos jovens do bairro Édson Queiroz.

⁷ Aldeota é um bairro considerado nobre localizado na cidade de Fortaleza. Geralmente é utilizado como referência para enfatizar a diferença entre moradores de bairros ricos e pobres.

4. Recuperando a estrada: Políticas de Segurança para a juventude

Estamos no rumo das Políticas Públicas para a Juventude que, como qualquer temática no campo das lutas do mundo social, nos faz recordar que elas não existem sem conflito. Trata-se de políticas sociais do Estado que, por sua vez, traz sobre si o caráter político-institucional, a expressão do poder legítimo, de guardião das relações sociais de dominação. Mas que, diante das contradições e desigualdades sociais, das demandas e exigências da sociedade civil e da possibilidade de também o Estado interferir como ator social, surge o questionamento das instituições sociais, geram-se tensões e conseqüentes mudanças no aparelho do Estado. Este passa a optar por políticas públicas que, tanto funcionam como estratégias para investir e dispor de recursos que voltam para o próprio Estado, promovendo o desenvolvimento da instituição e da dominação, como associam-se às demandas e necessidades da população, para garantir a “governabilidade democrática”⁸. Tal governabilidade só ocorre com um mínimo de controle e consenso social, sendo, portanto, a política pública, uma forma de barganha do cidadão.

⁸ Cf. em ABAD, Miguel, *Crítica Política das Políticas de Juventude*, in FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.) *Políticas Públicas Juventude em pauta*, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. O autor expõe alguns pontos básicos para a discussão sobre política pública, no sentido de entendê-la como ação estatal como investimento no próprio Estado, com recursos e ampliação das relações de dominação e controle do cidadão, no sentido de manter a governabilidade, o consenso social e a convivência cidadã.

Há também que se considerar, num sentido amplo, as políticas sociais como ferramenta para minorar as desigualdades sociais e garantir os direitos básicos de cidadania efetiva. No caso específico dos jovens, considerados vulneráveis, especialmente em relação a sua entrada no mercado de trabalho e ao envolvimento e enfrentamento da violência, são fortes candidatos a serem alvos privilegiados de políticas públicas. Os jovens, por seu turno, tendem a manifestar-se, de alguma forma, especialmente através de seus corpos, utilizando-os como marcas da rebeldia, nos âmbitos cultural e político, e agindo também no âmbito da violência como manifestação coletiva de um tipo de dissidência social, como diz Maffesoli (1987). Nesse contexto, apresenta-se a dialética destruição (pela ação violenta física que fere e mata) e construção (pela ação simbólica de seus corpos e linguagem própria) que acaba por revelar processos de desigualdades sociais em que os jovens estão inseridos. Nesse campo, o conflito Estado e juventude é visível, em sua natureza negativa e positiva. Dependendo da ação estatal, da flexibilidade ou não do Estado e de suas instituições legítimas que tratam de controlar a violência, de gerir e de realizar as políticas, estaremos lidando com um vasto índice de controle e repressão ilimitado ou com um campo simbólico onde se verifica um jogo de forças, as disputas por autoridade e território, as negociações mais flexíveis. No campo simbólico, verifica-se também, através das políticas, mais que expandir mudanças qualitativas na vida dos jovens, no que concerne ao seu

aparecimento e a sua participação efetiva cidadã, uma efetivação da instituição estatal, em diferentes níveis, registrando o alvorecer de um tipo de “saber-poder” do Estado, através de seus atores e técnicos.

Ainda que seja óbvio que tenham sido implementadas sob diversos enfoques e características institucionais, resulta lógico que o surgimento das mais importantes iniciativas das políticas sociais de juventude, com nome próprio, se relaciona, mais do que com os efeitos na vida dos jovens, com o florescimento e perfeição de uma máquina de domínio, uma institucionalidade pública especializada a nível supranacional, nacional e subnacional, o desenvolvimento de marcos normativos e legais, o incremento de ofertas programáticas, e a formalização de um saber-poder, encarnado em investigadores, consultores e acadêmicos (Abad, 2003: p 21-22).

Como se verifica, então, no caso da implementação de um Plano de Prevenção à violência, do Plano Nacional de Segurança Pública, a visibilidade da juventude, seus corpos marcados e marcantes, suas narrativas e experiências ao lidar com projetos sociais?

No percurso da pesquisa temos procurado identificar principalmente o que os jovens entendem por participação e democracia, para compreender como se constroem entre eles expectativas e experiências de participação não violenta. Uma das questões mais presentes para o enfrentamento da violência tem sido a da segurança pública, especialmente no que se refere ao relacionamento entre polícia e comunidade. À luz da teoria disponível é importante fazer a leitura do que ocorre na realidade dos jovens do bairro Édson Queiroz.

Como afirma Peralva (2000), o Brasil iniciou uma retomada à democracia nos anos 1980, a medida em que se transitava da ditadura para um sistema democratizado, em que movimentos sociais se formavam durante o regime ditatorial e prosseguiram, podendo concretamente experimentar outras maneiras de conceber e fazer política, livres das concepções do clientelismo tradicional. À medida em que a transição democrática ocorreu, sob fortes pressões e demandas populares, alcançando a ruptura com a experiência autoritária, setores importantes responsáveis pela segurança pública, não acompanharam esse movimento, deixando-se permanecer em práticas e mentalidade autoritárias. Como não se adequaram às instituições novas e não

dispunham mais dos mecanismos autoritários de manutenção da ordem, esta etapa de transição acabou por abrir espaço para que a violência ascendesse rapidamente. Essa margem de violência cresceu muito no Brasil.

O que se quer compreender, a partir desta contextualização é o papel do Estado de controlar as instituições públicas, neste caso, aquelas voltadas para a área da Segurança Pública, sem deixar de alargar a participação livre dos cidadãos na construção da democracia. Neste sentido, é imprescindível que população e Estado reconheçam a necessidade de cooperação para o enfrentamento das demandas da violência. Trata-se, não apenas de ação propriamente dita, mas de uma *“reiteração simbólica permanente da vontade de todos de compartilharem uma existência comum”* (Peralva, 2000:22).

Nesse caso específico de uma política de segurança voltada para a juventude, verifica-se os rumos do Plano de Prevenção e de outras inserções do poder público, como a instituição policial. No início da experiência, que desembocou na elaboração do projeto dos jovens, houve apoio pedagógico e financeiro⁹. As atividades foram seminários sobre “drogas, violência e direitos humanos” e a efetivação das oficinas culturais, que foram realizadas durante todo o ano de 2003: Oficina de reciclagem e artesanato (16 participantes); Oficina de música: Violão (5 participantes); Teclado (3 participantes); Oficina de teatro (mais de 20 participantes); Oficina de pintura e grafite (25 participantes); Oficina de dança (10 participantes); Oficina de futsal (15 participantes).

Segundo relatos dos jovens que ministraram as oficinas, elas foram importantes, tanto para eles, porque se sentiram úteis, como para os participantes, porque foi uma forma de ocupar os jovens através de práticas culturais e sadias, atingindo, assim, seus objetivos de resgatar outros jovens para ações não-violentas. No início os jovens se empenharam na realização das atividades, mas relataram que se sentiram sozinhos, após os cursos que receberam. Continuaram se reunindo, embora em número bem mais reduzido em relação ao número de participantes do início do projeto. Aos poucos, o desestímulo e a falta de investimento pessoal e financeiro foram elementos fortes para constantes desentendimentos e mau uso do material e do dinheiro ainda existente. Mais tarde, verificou-se a dissipação do grupo, alguns abandonaram as atividades e outros, que já participavam de movimentos culturais e religiosos, voltaram para seus movimentos, tais como igrejas, grupos folclóricos, de teatro e capoeira. Tais movimentos apresentam caráter de espontaneidade como os movimentos religiosos, esportivos, teatro de rua, grupos de dança folclórica – como quadrilhas das festas juninas e outros eventos da tradição cearense – e outros são provenientes de ONG’s e da Secretaria de Ação Social do Estado, congregando jovens nas práticas de esporte, em trabalhos com arte-educação e capoeira.

⁹ O Plano Piloto de Prevenção à Violência indicou um orçamento para o projeto dos jovens no valor de R\$ 13.000,00. A meta do projeto era dar início às oficinas culturais e de esporte e mantê-las por um período de um ano, até que os jovens fizessem outras parcerias para poderem se manter.

Destacamos uma experiência de segurança pública em que alguns jovens se inseriram: as experiências de organizações populares vinculadas às autoridades policiais, a partir da gestão de Conselhos Comunitários. Trata-se dos Conselhos Comunitários de Defesa Social Juvenil (CCDS), uma especificidade dos CCDS adulto, que são direcionados pela Diretoria de Cidadania, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS)¹⁰. Alguns jovens que participaram do Plano Piloto de Prevenção à Violência já eram integrantes de CCDS juvenil. Os objetivos destes jovens e do CCDS passaram a se confundir para eles. Lá encontraram apóio do Estado, através da Diretoria da Cidadania, ou seja, ainda limitam suas participações ao controle de uma instituição pública.

Assim, os jovens avaliaram as dificuldades de manter seus próprios projetos, de forma autônoma, como aprenderam no curso de Empreendedorismo Social, principalmente no que diz respeito a recurso material.

Enquanto tinha material, principalmente nas oficinas de artes, era mais fácil, depois que o dinheiro e o material acabaram tudo fica mais complicado para manter a oficina (Jovem do Plano de Prevenção e presidenta do CCDS juvenil).

No entanto, vale ressaltar que não foi somente a falta de verba que fez com que o projeto não progredisse, outros problemas foram citados pelos jovens, tais como falta de organização interna, já que depois que o Plano Piloto acabou, eles ficaram sem aparato firme, sem liderança. Apesar de terem sido bem preparados, afirmaram que não tinham consciência da amplitude da responsabilidade, pois diferentemente de outros projetos parecidos, cujos participantes já eram lideranças consolidadas em seus organismos sociais, estes jovens apenas iniciavam suas caminhadas. Na maioria, eram envolvidos por projetos governamentais e não-governamentais ou participavam de organizações espontâneas como citadas anteriormente. Eram eles os beneficiados dos projetos e não os líderes. Diz um jovem:

... a falta de experiência que a gente tinha, a gente assumiu esse projeto muito grande, muitas responsabilidades (...) pelo menos eu não tinha noção do tamanho da responsabilidade... (Jovem do Plano de Prevenção e de grupo religioso).

Outro problema apontado foi a falta de apoio e a descrença da comunidade que eles estavam desenvolvendo um trabalho sério “... não colocaram fé na gente, acharam que era brincadeira, ou então que era uma coisa que não ia dar certo...” (idem).

¹⁰ Os CCDS foram criados pelo governo do Estado do Ceará através do decreto nº 25.293, de 11 de novembro de 1998, com o objetivo de colaborar no equacionamento e solução de problemas relacionados com a segurança da população, buscando a difusão da defesa social. É uma instituição formada pelos mais diversos segmentos representativos da comunidade, de um bairro, de uma localidade, cujo principal objetivo é participar ativamente nas soluções dos problemas de segurança do bairro apoiando e auxiliando a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. É formado por três segmentos: um Conselho deliberativo organizado por representantes de diversas instituições (PM, PC, Poder judiciário, entre outros); uma Diretoria Executiva eleita pela comunidade e Conselhos fiscais. Entretanto, a ênfase que se apresenta nessa relação polícia e comunidade é mais o caráter de informação, do que propriamente de uma participação efetiva nos processos decisórios das autoridades policiais. As lideranças comunitárias informam a polícia sobre áreas de risco e possíveis pessoas envolvidas com drogas e outros crimes em troca de segurança. Essa conotação não retira a experiência de parceria e o trabalho comunitário

Estes depoimentos retratam uma face da realidade dos projetos educativos governamentais. São importantes do ponto de vista do investimento no trabalho com os jovens, mas, muitas vezes, ao financiarem ações, inclusive, com bolsas de estudo, podem gerar, ao mesmo tempo, a falta de continuidade quando a verba acaba. Os jovens se entusiasmaram, compraram material e equipamentos de consumo para suas oficinas e, de fato, progrediram muito. Entretanto, como não firmaram outras parcerias, não conseguiram, do ponto de vista financeiro e também empreendedor, manter o projeto.

Dessa forma, vê-se que foram várias as causas que proporcionaram a falta de continuidade do projeto. São elementos que instigam a pesquisar profundamente até que ponto tais projetos sociais, contribuem com a busca de pacificação. Observou-se que, mesmo com o empenho, dedicação e entusiasmo, os programas e projetos comunitários ainda não atingiram muitos jovens e a venda e o consumo de drogas na comunidade ainda é alto: “*é mais fácil comprar droga aqui do que pão*” (Jovem do Plano de Prevenção e do CCDS Juvenil).

Assim, os impactos de intervenção dos jovens no bairro, no sentido da participação nas questões de segurança, floresceram no início dos trabalhos, motivaram o surgimento ou continuidade de ações espontâneas e culturais que já existiam. Entretanto, do ponto de vista da autonomia destes projetos, da continuidade, verificamos que, como afirmamos em termos de efetivação das políticas para a juventude, muito do que se tem feito pelo poder público, dá-se em resposta às demandas da população para garantir a governabilidade, que acaba por ativar mais o controle e o consenso social, do que a participação cidadã e a melhoria efetiva da vida das pessoas. Ora, qualquer discussão como esta há que se deter na perspectiva das mudanças radicais nas estruturais sociais em suas raízes. Tais mudanças ainda não são componentes das políticas de governo e, portanto, exibem muito mais suas políticas sociais como subsidiárias de demandas para garantir o continuísmo do que para mudar efetivamente. Não retiramos a importância e dimensão de projetos e programas governamentais, como o Plano de Prevenção à Violência que, de uma forma ou de outra, inseriu a juventude no debate sobre a não-violência. É relevante a criação de uma cultura de participação cidadã e atitudes de pacificação no cotidiano das cidades, proporcionando condições favoráveis à criação de empreendimentos sociais, geridos pela própria comunidade em parceria com outros atores sociais. Os mentores de tal Plano acreditam ser uma metodologia de trabalho positiva no combate à violência, pois insere o cidadão diretamente nos trabalhos e ações de pacificação. Sabemos, também, que a criatividade e a instituição de práticas de novo tipo existem no cotidiano das organizações populares, capazes de avaliar e criticar tais projetos, no

no bairro, contudo revela que o poder público, através da instituição de segurança, tem privilegiado muito mais o uso da informação do que a participação efetiva das lideranças. Para aprofundar sobre os CCDS, verificar Relatório da Pesquisa “Segurança Pública no Governo das Mudanças: participação comunitária e influência externa no Estado do Ceará”, realizada pelo Laboratório de Estudos da Violência/LEV/UFC, com apoio da Fundação Ford, 2003.

sentido de melhorar suas articulações. Entretanto, há que se aumentar a crítica no sentido de que, sem mudanças profundas nas estruturas sociais, tais práticas continuarão no campo das lutas entre dar legitimidade ao Estado e continuar lutando por melhorias sociais.

ABSTRACT: This article is part of a research about narratives developed by youths in relation to violence and non-violence having as their focus the involvement of young people in pacificatory experiences as put forward by government projects and programs. It attempts to unveil the trajectory of young people according to their social relations with other young people who have involved themselves with violent actions and how they behave in relation to the state which in turn invest on youth security public policies. In this sense it investigates the Pilot Plan for the Prevention of Violence in Fortaleza, a branch of the National Public Security Plan. That project has presented itself as a positive policy for the young by means of investing on entrepreneurial courses and incentives to art and culture aiming in this fashion at inserting the young citizen in the pacificatory work. The project has on the other hand its limits and contradictions especially in relation to its lack of self-direction and continuity. Such contradictions show that some public policies have arisen more commonly as a response to claims put forward by popular movements in their effort to guarantee control and social agreement rather than ensuring the effective and civic-minded participation by the people in decision-making processes related to public policies.

Key words: youth, violence. Peace, policy, security.

Referências Bibliográficas

ABAD, Miguel. Crítica Política das Políticas de Juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.) Políticas Públicas Juventude em pauta, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BARREIRA, César et al. Segurança Pública no Governo das Mudanças: participação comunitária e influência externa no Estado do Ceará. Relatório de Pesquisa. Fortaleza, LEV/UFC, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1980.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A política dos Outros. O cotidiano dos Moradores da Periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: uma história dos costumes, volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

GOVERNO FEDERAL. Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção da Violência-PIAPS, ação 121 do Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal. Março /2002

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem.. Campinas, SP: 1996.

LEPOUTRE, David. A cultura adolescente de rua nos grandes conjuntos habitacionais suburbanos. In: MORIN, Edgar. Religação dos Saberes: o desafio do século XXI.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MAFFESOLI, Michel. Dinâmica da Violência, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

PERALVA, Angelina. Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

RONDELI, E. “Imagens da violência e práticas discursivas”.. In: (Org.) PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. Linguagens da violência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: FILHO, Evaristo de Moraes. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo, Rio de Janeiro: Revan, Ed. UFRJ, 1994.

WACQUANT, Loïc J. D. O Retorno do Recalcado: violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, N° 24, ano 9, fevereiro/1994.

WIEVIORKA, Michel. O Novo Paradigma da Violência. In: Revista Tempo Social, São Paulo: USP, 9(1): 05-38, 1997.